



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 55/21 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 02 DE JUNHO DE 2021

Projeto de Lei Ordinário nº 83/21, de autoria do Ver. Eliton de Paiva, que “dispõe como atividades essenciais o funcionamento de feiras livres durante a vigência de estado de emergência ou calamidade pública e dá outras providências”.

Relatora: Vera. Delegada Fernanda.

I – Relatório

O Vereador Eliton de Paiva propõe Projeto de Lei Ordinária o qual estabelece que as atividades relacionadas a feiras livres, tendo as seguintes atividades: hortifrutigranjeiros e demais áreas relacionadas à alimentação (comerciantes de produtos provenientes de: hortas, pomares e granjas, comerciantes de leite e derivados, comerciantes de sucos naturais/garapa, e congêneres) são consideradas como essenciais a qualquer tempo, seja em período de calamidade pública, pandemia, epidemia e/ou afins, desde que cumpridas as determinações impostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

II – Análise

Pela Constituição Federal, conforme regra estabelecida no art. 30, I, é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local, sendo que este é o intento da proposição em análise. Portanto não esbarra nos ditames constitucionais.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal da vereadora, como expõe em suas razões motivadoras.

Quanto ao aspecto legal, o projeto tem amparo na Lei Orgânica Municipal, conforme disposição do art. 13 da mencionada Lei.

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

Cumpramos esclarecer que, conforme estabelece o art. 3º, §1º, XII, Decreto nº 10.282/20, as atividades de produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção são consideradas atividades essenciais, entretanto o dispositivo citado consiste em norma geral, logo, cabe ao município, observando a particularidade regional e local, estabelecer norma específica, desde que com observância a norma geral.

Logo, a presente proposição atende aos anseios da comunidade formosense.

III – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, esta Comissão opina pela sua aprovação.



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 55/21 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 02 DE JUNHO DE 2021

Câmara Municipal de Formosa, 02 de junho de 2021.

Γ

Γ

Γ

Presidente

Relator

Membro